

Arquipélago dos Açores faz história no âmbito da democracia participativa:

# Movimento Carta Aberta à Prevenção conquista a população açoriana

*A Casa do Povo de Santa Bárbara da Ilha Terceira organizou, nos dias 24 e 25 Novembro, na ilha Terceira, em parceria com o Governo Regional dos Açores, o I Fórum Regional: Movimento Carta Aberta à Prevenção. O evento, que contou com uma massiva adesão traduzida em mais de 200 participantes, visou essencialmente fomentar momentos de reflexão e partilha, de uma forma transversal e integradora e envolvendo toda a população e sociedade civil interessada, sobre a importância da prevenção na sociedade actual, no sentido da criação de condições para que esta se desenvolva e assuma um papel preponderante no contexto das políticas regionais, dando-se assim início à constituição de uma Carta Aberta à Prevenção. Com o contributo de várias instituições do arquipélago e profissionais de áreas disciplinares que concorrem para a intervenção em comportamentos aditivos e dependências, foi possível obter um conjunto de consensos e orientações quanto à concepção de uma estratégia de prevenção para as nove ilhas. A par, ficará disponível durante um ano uma plataforma online onde todos os interessados poderão sugerir ideias e acções que enriqueçam um processo de construção baseado no conceito de democracia participativa. No âmbito político, o actual Governo Regional dos Açores já tinha dado o primeiro sinal relativamente à priorização das dependências enquanto domínio de intervenção, através da constituição de uma direcção regional específica dedicada a esta matéria e a presença do Secretário Regional da Saúde no evento, quer nos momentos técnico-científicos, quer nos espaços mais sociais e informais que o mesmo encerrou, é significativa. Também participaram de forma activa a Secretária Regional da Solidariedade Social e da recentemente nomeada Directora Regional para a área das dependências. A organização contou ainda com a presença de um painel de oradores e senadores de vasto conhecimento científico, académico e profissional nestas áreas e noutras transversais, como os casos de Sampaio da Nóvoa e de Laborinho Lúcio.*



**RUI LUÍS, SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE**

**“Que a prevenção seja transversal a todas as áreas”**

## **Que importância assume a realização deste evento?**

**Rui Luís (RL)** – Este evento, a Carta Aberta à Prevenção, enquadra-se num objectivo da Secretaria Regional da Saúde, desenvolvido em colaboração com a Casa do Povo de Santa Bárbara, que visa transpormos para os Açores a carta da prevenção que existe a nível nacional, processo criado em 2008. O nosso objectivo consiste em abriremos, a partir de hoje e durante um ano, à sociedade essas questões da prevenção e obtermos contributos, que serão reunidos ao longo do próximo ano, altura em que realizaremos um novo fórum e subscreveremos nos Açores uma carta da prevenção que seja transversal a todas as áreas onde a mesma seja necessária.

## **Isso significa que a sociedade civil terá um papel fundamental no desenho desta estratégia?**

**RL** – Exactamente! É esse o grande desafio que lançaremos à comunidade no final destes dois dias de trabalho e, através de uma plataforma moodle, que será anunciado no final deste evento, receberemos os contributos e propostas da sociedade civil.

## **Existe algum diagnóstico realizado no arquipélago que justifique que esta problemática das dependências seja encarada como uma prioridade política?**

**RL** – Não há dúvida de que a sensibilidade que temos a partir das nossas instituições parceiras que trabalham dia-a-dia no terreno nos indica que é necessário adoptarmos outro tipo de intervenção. Daí o facto de o Governo Regional ter tomado a iniciativa, nesta legislatura, de ter uma direcção regional específica para esta área e é neste sentido que iremos trabalhar com uma direcção regional constituída por profissionais que são do terreno e que já conhecem a realidade para podermos aplicar as políticas para os próximos quatro anos de uma forma mais efectiva.





**ANDREIA MARTINS DA COSTA, SECRETÁRIA REGIONAL DA SOLIDARIEDADE SOCIAL**

**“A região tem uma tradição de trabalho em rede”**

**Estamos perante uma metodologia de trabalho que contraria o paradigma habitual... Para o desenho de uma estratégia de prevenção que se pretende eficaz, ouvem-se primeiro os actores sociais, recolhem-se ideias e só depois se formula uma política...**

**Andreia Martins da Costa (AC)** – Esta iniciativa da Casa do Povo de Santa Bárbara, com o apoio da Secretaria Regional da Saúde, vem na sequência do historial de intervenção social nos mais diversos domínios. A região tem de facto uma tradição de trabalho em rede, de auscultação e de parceria com a sociedade civil em geral, designadamente com as IPSS e misericórdias mas alargando também este processo às escolas e às unidades de saúde. Este é, portanto, um trabalho que tem já história nos Açores e que se vem consolidando ao longo do tempo, sendo certo que, em matéria social, é preciso procedermos invariavelmente a ajustamentos em função da realidade do momento. No fundo, penso que a Casa do Povo de Santa Bárbara tem ido em busca de soluções

inovadoras mas que partem destes pressupostos: cada comunidade tem características próprias, é preciso ajustar as medidas políticas a cada uma dessas realidades e ouvirmos aqueles que vivem e que trabalham nessas comunidades de forma a que a nossa resposta seja o mais ajustada possível.

**Para quem tem a responsabilidade política de uma matéria tão sensível como a solidariedade social neste arquipélago, o que significa chegar a um evento como este e ver uma sala com mais de 200 pessoas?**

**AC** – É uma enorme satisfação! Mas a Casa do Povo de Santa Bárbara tem-nos habituado a esta dinâmica, à criação de movimentos mobilizadores e que convocam a comunidade em geral. E esta iniciativa de promover um debate conjunto entre as nove ilhas dos Açores no domínio da prevenção de um conjunto de matérias que são penalizadoras do nosso desenvolvimento é essencial e estratégica. E numa altura em que a região e o Governo Regional assumem este domínio da prevenção, designadamente no âmbito das dependências, como uma área estratégica e prioritária, criando uma direcção regional sob a tutela da Secretaria Regional da Saúde mas que terá naturalmente uma acção transversal aos vários domínios. Naturalmente, no domínio da solidariedade, teremos uma colaboração muito estreita com essa nova direcção regional e estamos aqui para melhorar a nossa intervenção.





**LABORINHO LÚCIO**  
**“Não podemos  
 aceitar algo que  
 se volta contra  
 nós próprios”**

**Não pretendendo ser redutor relativamente à interpretação da sua comunicação, creio que a poderíamos resumir num título: democracias participativas, precisam-se...**

**Laborinho Lúcio (LL)** – Sim, podíamos... Julgo que elas se precisam e não apenas de serem afirmadas retoricamente mas de lhes dar sentido prático. É necessário que haja acção e isso depende muito da reflexão que as pessoas pretendam fazer, primeiro sobre si próprias e, depois, da determinação com que passam dessa reflexão para as acções. Julgo que, apesar de tudo, temos caminhado nesse sentido... O problema é saber se vamos a uma velocidade demasiado baixa... Acho que sim, até porque não me parece que haja muito mais a reflectir sobre isso e as pessoas têm já elementos suficientes para saberem o que querem e o que não querem. E quem quer tem de ir para o terreno, discutir com os outros mas sempre com linhas de intervenção. Aliás, a revista Dependências é uma luz nesse caminho, há trabalho feito e podemos ter já uma visão retrospectiva do que está a ser feito por vós e esse é um dos caminhos. É preciso multiplicar esse tipo de acções. Não estamos aqui a inventar nada de novo. A democracia participativa não é outra coisa senão pagarmos, de alguma forma, com a nossa intervenção o grande benefício que nos é dado por vivermos em democracia. E isto é uma coisa fantástica! Temos que perceber que estas coisas também se conquistam e se mantêm. Não é na passividade que isso acontece. Até em termos egoísticas, para o nosso próprio bem, temos que intervir no espaço público pelo pensamento e pela voz mas igualmente pela acção. Em suma, estou completamente de acordo com a síntese que fez e com o título que encontrou para a intervenção.

**Fez uma reflexão em torno do conceito de espaço público e de algumas transformações e até confusões que o mes-**



**mo tem originado, nomeadamente com a proliferação das redes sociais... Existirá verdadeiramente um espaço público que possibilite a afirmação da voz de quem pretende efectivamente exercer uma participação na democracia?**

**LL** – Vou dizer relativamente ao espaço público o que Jorge Luís Borges disse uma vez sobre a ética: ter-lhe-ão dito que a ética era uma ciência que estava a desaparecer do mundo moderno, ao que ele respondeu que, se era assim teríamos que a inventar outra vez... Digo o mesmo para o espaço público: se está a desaparecer no mundo moderno, então temos que o encontrar outra vez, pois o mesmo é essencial para nos encontrarmos. Não podemos falar em cooperação, em co-responsabilização ou em solidariedade a partir de uma dimensão virtual do mundo e da vida. Temos que ser nós a encontrar-nos uns aos outros, no máximo da nossa liberdade e responsabilidade e fazê-lo com o máximo desejo de criarmos sinergias humanas, dando sentido à dimensão da pessoa e colocando-a no centro de tudo isso...

**... Que é no fundo o que se pratica aqui, hoje...**

**LL** – Sem dúvida, este é um exemplo magnífico. Ainda ontem estive neste território numa sessão sobre educação e cidadania e é curioso que, estando a decorrer estes dois eventos, os mesmos tenham envolvido muita gente, com um significativo desejo de participação e a envolvimento de muitas instituições. Agora, urge encontrar algum tempo que possamos considerar sob o nosso domínio e autoria e ocupá-lo com este tipo de intervenções. É certo que fizemos do tempo uma inutilidade e temos que recuperar o papel do tempo e do espaço porque, a pouco e pouco, fomos desapossados de tudo isso. O espaço desapareceu com a ideia da mundialização de tudo, sendo que, como dizem alguns, criámos um mundo sem arredores e, depois, as coisas valem pela instantaneidade. Não podemos aceitar algo que se volta contra nós próprios. A ideia de instantaneidade é negadora de valores. Evidentemente, se não tenho espaço para afirmar valores nem tempo para os consolidar, não me interessa viver de acordo com os mesmos. Vamos degradando a relação humana e social e a implicação na construção do mundo em que vivemos em nome de uma ilusão e de interesses mais ou menos difusos, que não sabemos exactamente onde estão nem quem nos impõe. Por isso, temos que retomar a nossa autoria.

**Não pretendendo ser demasiado pessimista, não haverá também aqui a emergência de uma espécie de poder anó-**



nimo que resulta na impessoalidade das relações, hoje muito mais intermediadas por um cabo e um ecrã?

LL – Sim, e isso não é ser pessimista mas antes realista... Na nossa cultura, temos ainda a ideia de que o poder está centrado nos estados. Para o bem e para o mal, não tendo eu nada contra a União Europeia, que considero aliás uma grande ideia no pós-guerra, creio que o problema reside no seu funcionamento. Mas isso acompanhou a desterritorialização dos estados, a diluição do poder e a transferência do mesmo para instâncias que não são legitimadas democraticamente e que são muitas vezes conhecidas apenas pela sua identificação. Hoje, deparamo-nos muito com a afirmação de que foi Bruxelas que decidiu... Mas Bruxelas não decide nada; é um centro onde as decisões são tomadas sem sabermos concretamente quem as domina verdadeiramente e qual é o poder centrado ali. Vamos tendo a noção disso e percebendo o que significa mas estamos muito longe como cidadãos de podermos ser contributivos para a responsabilidade da decisão. Temos que retomar isso, essas questões têm que ser colocadas sobre a mesa num plano mais macro, já numa concepção política dos sistemas mas temos que compreender que, por este caminho, teremos muitas dificuldades em sermos modificadores. Basta vermos o que se passa hoje com a situação da imigração numa Europa que vê morrer aos seus olhos, no seu mar, que é o Mediterrâneo, as pessoas que a querem e procuram em nome daquilo que a Europa foi capaz de se afirmar no mundo...

**Como um homem da justiça, que papel atribui à mesma na inversão destes assuntos de que falamos?**

LL – Julgo que haverá, entre outros, dois papéis fundamentais: um consiste no reforço da sua própria credibilidade. Temos a noção de que a justiça é uma instituição na qual se confia e esta credibilidade é importante para podermos transferir para a justiça muitas das nossas angústias e percebermos, seja qual for a decisão, concordemos ou não com a mesma, que existem razões válidas para que tenha sido tomada. Por outro lado, a justiça, por sua vez, pensar também que, ao tomar decisões, tem de encontrar uma forma de as explicar claramente e de compreender o seu efeito externo e social. Essa ideia de criação de confiança é absolutamente essencial e aplica-se à justiça e à política. Temos que voltar a criar uma dimensão político-institucional em que os cidadãos confiem nas suas instituições e em que estas assumem verdadeiramente a responsabilidade de gerar essa confiança. Esse é um pressuposto que considero fundamental para que possamos funcionar como sociedade organizada.



**DURVAL SANTOS,  
PRESIDENTE DA CASA  
DO POVO DE SANTA  
BÁRBARA**

**“Somos nove  
ilhas para par-  
tilhar afectos”**

**Que balanço faz deste evento, que reuniu cerca de 200 pessoas?**

Durval Santos (DS) – Para um evento de dimensão regional, o facto de termos tido aqui cerca de 200 pessoas é muito significativo... Creio que estamos perante um objectivo totalmente alcançado, na medida em que contámos com a representatividade das nove ilhas dos Açores, de Santa Maria ao Corvo. Por isso, podemos afirmar que este é um fórum e um espaço genuinamente regional e o facto de nenhuma ilha ter faltado à chamada é algo que me apraz registar. Isto no aspecto dos números... Na vertente qualitativa, creio que os princípios alcançados são estimulantes e desafiadores, notando-se até neste momento mais informal e de convívio (aquando do jantar final) o fervilhar de duas ilhas em torno da ideia de poderem promover o segundo fórum. Como tal, também é muito positiva esta predisposição tão célere. Em suma, com estes números, com esta inquietação e predisposição que as pessoas levam no peito, estou convicto de que iremos dar movimento a este sentido de cultura preventiva na nossa região. A par, a questão da plataforma digital criada permitirá recolher todos os contributos colhidos pela equipa de relatores do fórum, as preleções e comunicações dos senadores e dos oradores, bem como todos os registos de áudio e imagem do encontro, que totalizam mais de 12 horas. Tudo isto complementado por uma recolha interactiva e constante que estará disponível a todos os interessados, partindo da definição de quatro eixos de trabalho, o recreativo, o escolar, o familiar e o laboral, podendo surgir outros, sempre numa perspectiva preventiva. Creio que estão alicerçadas as sementes para que possamos realizar um bom trabalho.

**A presença do Governo Regional dos Açores, representado pelo Secretário Regional da Saúde e pela Secretária Regional da Solidariedade Social será também um indicador significativo...**

DS – É significativa e mais ainda quando, na abertura, estão os dois secretários regionais, sendo que, a par do Secretário Regional da Saúde, esteve a Secretária Regional da Solidariedade Social se encontrava em representação do Sr. Presidente do Governo... Se acrescentarmos a presença da Direcção Regional da Educação, falamos das áreas que mais se cruzam nesta área. O próximo desafio, até a nível orgânico, como o próprio Secretário Regional da Saúde muito bem afirmou, reside na procura por parte dos órgãos regionais de um sistema de governação integrada e em rede, de forma a potenciar a rentabilização de recursos e a responder às necessidades de todos os açorianos de forma mais célere, obviamente com o apoio das instituições da sociedade civil.

**Colhendo algumas ideias veiculadas por alguns dos prelectores, nomeadamente Laborinho Lúcio e Sampaio da Nóvoa, a Casa do Povo de Santa Bárbara rompeu com o paradigma dominante, instituindo uma espécie de democracia participativa quando o que se pretende é a concepção de uma estratégia que, acima de tudo, terá que ser implementada ao nível político...**

**DS** – Se assistisse às reuniões de direcção da Casa do Povo de Santa Bárbara, testemunharia algo contagioso e alegre... As pessoas saem daqui tarde, refletimos, analisamos, partilhamos, deliberamos e executamos, mas não encaramos os nossos desígnios não meramente como tarefas a cumprir mas antes como um espírito de missão, ao qual está, obviamente, inerente um sacrifício mas também um benefício traduzido na realização pessoal e colectiva. Quando me fala num apelo à democracia participativa lançado por uma IPSS, devo frisar que o trabalho desta direcção já transporta um histórico de 12 anos e a minha maior satisfação foi ter conseguido implementar essa prática da democracia participativa no seio da própria instituição, apelando a que os jovens de então, na altura com 15 ou 16 anos, se envolvessem, tornando-se sócios e colaborando como voluntários. Entre esses, temos hoje, por exemplo, o tesoureiro da instituição, licenciado em gestão e que, na altura, começou por servir a Casa do Povo de Santa Bárbara como voluntário, estudou fora e voltou, ainda que sem grandes garantias de estabilidade, abraçando este projecto... Isto é democracia participativa! Isto é cultura cívica! Como este, existem outros casos na instituição, como um animador nato, o Patrício... Logo no meu primeiro mandato, propus que fosse feita uma alteração orgânica à composição da direcção, que permitisse alargar os membros da direcção de três elementos para 9, no sentido de assegurar uma maior abrangência relativamente às áreas representadas. O Patrício integrou a área da juventude e da infância, cresceu, formou-se e é hoje um exemplar profissional da instituição. Da mesma forma que tenho hoje na direcção um membro responsável pela área social, a Márcia Coelho, que está actualmente a fazer um doutoramento, que foi minha facilitada do programa Jovem a Jovem. Também contamos com a colaboração de um profissional responsável pelo associativismo e pela ruralidade, o Senhor António Vielmino, um lavrador, pessoa simples e humilde, que tem a seu cargo a horta comunitária, a relação com os sócios e comunidade e que nos ajuda em eventos como o jantar de hoje... Para este jantar, foi é necessário, a mão divina das nossas cozinheiras voluntárias, que são mobilizadas e apoiadas pela Senhora Maria Pires e Raquel Sousa, Senhoras que estiveram e estão desde o primeiro momento nesta Direcção, que transmitem um forte sentido comunitário face às tradições e costumes ao nível da cultura, religiosidade, tendo sempre o rosto estampado de alegria e vontade de servir! Também é importante manter, rentabilizar, gerir o património material desta IPSS, como os edifícios, viaturas, equipamentos e obras decorrentes, para isso é necessário contermos a presença de um operacional, astuto e eficaz e para isso, é que temos os braços, mas também o coração do nosso José Agostinho. Sendo um profissional na área da comunicação, sabe a importância deste sector em qualquer organização, por isso, é que também temos entre nós simplicidade e humildade da Mónica Mendes que visa potencializar a área da comunicação e da imagem. Mas para que todos estes pressupostos e vontades funcionem e se compatibilizem é importante, estarmos dotados de membros com forte sentido de maturidade e equidade, nestes pressu-

postos, também nós, contamos desde o primeiro momento, com a colaboração assertiva do meu amigo Paulo Renato, responsável pela formação e inovação desta IPSS.

Em suma, temos uma harmonização perfeita entre “software” e “hardware”... Claro que existe também aqui um factor preponderante, que é o apoio da minha filha, da minha esposa e da minha mãe, mulheres que considero o meu tripé e sem as quais não me aguentaria, um suporte alicerçado pelas grandes varas comunitárias que aqui tenho, que interagem e percebem o porquê da minha inquietação. Hoje, foi para a Carta Aberta à Prevenção mas, há um mês, foi para a ação de mobilidade sénior do Cento de Convívio que realizamos com os nossos idosos ao norte de Portugal Continental e a Santiago Compostela, ou seja uma ação mais prática, no entanto o “software” não deixou de cooperar... Esta é a minha maior satisfação! Trabalhar com pessoas genuínas, verdadeiras, leais mas, simultaneamente, rigorosas. O Governo Regional e os demais parceiros reconhecem-nos não só pela irreverência e pela garra mas igualmente pela seriedade e rigor.

#### **Qual é o limite para a Casa do Povo de Santa Bárbara?**

**DS** – Até podem existir limites... Não deixarão de existir sonhos! Desde que em prol do benefício da causa comum das nossas crianças, jovens e idosos. Sonhos que sejam consistentes, alicerçados em boas práticas, que tenham resultados e valores científicos demonstrados. A questão é que não estamos a trabalhar com meros papéis mas sim com pessoas e com afectos e, como tal, esses sonhos podem ser realizados desde que sejam muito bem definidos.

**Por falar em sonhar, ainda este encontro ia no prólogo e confessava-me que eu iria testemunhar que iriam “sair fora da caixa”... Confirmando que assisti a preleções de alto valor científico mas também filosófico, assisti a uma peça de teatro interpretada por técnicos da Casa do Povo de Santa Bárbara, a inúmeras interações com o público, a tertúlias e à participação de diversas áreas profissionais, entre psicólogos, assistentes sociais, jornalistas, médicos, juristas, políticos, professores universitários...**

**DS** – E assistiu certamente àquilo que considero mais importante: à partilha de afectos, algo que geralmente os congressos não contemplam. Também por isto, dizia na sessão de abertura que somos contra o politicamente correcto, não desrespeitando quem exerce funções em órgãos de soberania mas rompendo com procedimentos burocráticos e administrativos que lesam e dificultam a resposta o mais imediata possível aos anseios da popu-



lação, seja na pobreza, seja nas dependências, na violência, na exclusão ou no abandono... Por isso, considero importante sairmos fora da caixa e, para o efeito, temos que ter o exemplo da dádiva e do sacrifício.

**Mais do que contar com uma equipa que se dedicou de forma exemplar à organização deste evento – e só quem participou percebeu a abrangência de tarefas que o corpo profissional da Casa do Povo de Santa Bárbara desempenhou – percebeu-se, através deste projecto que a instituição e os seus dirigentes confiam nas demais IPSS do arquipélago...**

**DS** – Sem dúvida! Foram oito meses a preparar este evento e estes últimos dias então... Aliás, há três meses, promovemos uma formação em parceria com a Secretaria Regional da Solidariedade Social sobre estratégias de funcionamento integrado de governação em rede para dirigentes e técnicos. A iniciativa foi desenvolvida na Terceira, no Faial e em São Miguel e, obviamente, não faria agora sentido promovermos e rentabilizarmos as capacidades instaladas e, findo este primeiro ciclo, traduzido neste fórum, e optarmos por sermos nós próprios a continuá-lo...

**O que deseja ver concretizado no final deste projecto e quando as campanhas de prevenção estiverem finalmente no terreno?**

**DS** – O instrumento Carta Aberta promovido para o Plaris apresenta um conteúdo extremamente enriquecedor e abrangente e poderá constituir uma base de apoio de excelência para o início da criação de uma Carta Aberta regional, obedecendo às especificidades de uma região autónoma, que tem um estatuto político e administrativo próprio. Neste momento, respondemos à necessidade de reunirmos um painel para inquietarmos as pessoas, dando-lhes depois uma ferramenta de trabalho didáctica e de gestão e lançar-lhes um desafio colectivo para que possamos recolher, construir, subscrever e entregar aos órgãos da região uma proposta. Aí, seguramente, o poder político, nos seus mais diversos domínios, terão que assumir integralmente esta carta de princípios e valores porque a mesma nasce da sociedade civil. Se não a aceitarem, estarão a renegar a cidadania e a participação das suas instituições e, seguramente, a abstenção acentuar-se-á ainda mais. Neste sentido, considero que a Carta Aberta à Prevenção poderá constituir um exemplo de excelência também para a diminuição desses indicadores de abstenção, apelando às democracias participativas que vêm de baixo mas acompanhadas de um poder executivo e não meramente de espectador. Por outro lado,

temos na região equipas de saúde escolar e programas a serem desenvolvidos nesses contextos, temos uma entidade do Governo que promove o associativismo juvenil, a mobilidade e o voluntariado jovem, temos uma Direcção Regional das Dependências, temos uma Direcção Regional do Emprego e Formação Profissional, uma Direcção Regional do Desporto que promove a actividade física e a prática desportiva, temos uma Direcção Regional da Cultura que promove a sensibilidade e democratiza o acesso às actividades artísticas, temos a Direcção Regional das Comunidades que promove as relações da identidade e do diálogo com os diversos povos e culturas, assim como o relacionamento com a diáspora... A entidade orgânica terá que criar uma rede integrada com todas estas entidades e com a sociedade civil. Todas terão que estar em sintonia. O meu maior sonho é que o Governo adote a Carta numa linha estratégica congregadora de projectos e acções nas mais diversas áreas da tutela.

**Afirmava-se hoje que este era o segundo dia de um processo que, a partir de amanhã, começará a conhecer a sua fase decisiva... Após a troca de ideias, há que construir...**

**DS** – O processo não termina! Desde logo, pela extraordinária equipa da Casa do Povo de Santa Bárbara, pelos extraordinários representantes das diversas ilhas que aqui estiveram e pela extraordinária abertura e presença constante – e confesso que não tenho nem nunca tive qualquer conexão política ao partido que suporta o Governo -, iniciada pelo anterior Secretário Regional da Saúde, Dr. Luís Cabral, que permitiu a edificação do Projecto Haja Saúde, e continuada pelo actual Secretário Regional, o Dr. Rui Luís que, sendo um homem da Gestão, é um operacional, um homem da acção que sabe rentabilizar recursos. E deu para perceber o seu entusiasmo, quer nos momentos solenes, quer nos momentos de diálogo, partilha e interacção ou nos momentos de cultura e lazer que acompanhou. Da mesma forma, considero fundamental envolver aqui os órgãos autárquicos. Somos nove ilhas e 18 municípios e considero que seria fundamental que os pudéssemos reunir e fazê-los reflectir relativamente às medidas preventivas que os mesmos poderão preconizar para a minimização dos riscos associados ao consumo de álcool e de outras substâncias nos habituais festivais de verão... Nessa vertente, o nosso município de Angra do Heroísmo constitui um exemplo. A propósito desta responsabilidade social dos municípios, gostaria de salientar o envolvimento dos dois municípios da Ilha Terceira nesta acção conjunta com o Governo Regional e a Casa do Povo de Santa Bárbara. Mesmo sabendo que a Casa do Povo se encontra sediada no concelho de Angra, a autarquia da Praia da Vitória abriu as suas portas à realização do primeiro dia deste Fórum. Sabendo que o edil é também o presidente da Associação Regional de Municípios e que em viva voz assumiu este compromisso de transmitir esta sua preocupação e desafio aos outros autarcas... Conhecendo muito bem o Dr. Roberto Monteiro, uma pessoa íntegra, dinâmica e com um forte sentido de responsabilidade social, creio que, conjuntamente com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, na pessoa do seu Vereador Dr. Guido Teles, que desde o primeiro momento das funções encarou com enorme responsabilidade e entusiasmo a promoção da saúde, de forma especial para o público juvenil e tendo por base a experiência no âmbito do Projecto Âncora, poderá fomentar a replicação destas boas práticas nos outros municípios.

